

à prestação de contas, para que as falhas apontadas sejam objeto de citação quando da análise da referida prestação de contas, com base no Inciso XIV, do Art. 67, do RITCM. Belém, 06 de fevereiro de 2017.
Conselheiro **Sérgio Leão**
Relator

Despacho Monocrático

Processo nº 201512752-00
Origem: Fundação Papa João XXIII
Assunto: Contratos Temporários n.ºs 015 a 074/2014 firmados com Margarete do Socorro Barra e outros
Interessada: Tonya Penna de Carvalho Pinheiro de Souza – Presidente
Procuradora: Maria Regina Cunha
Tratam os autos, do envio de 60 (sessenta) Contratos Temporários de n.ºs 015 a 074/2014, firmados pela Fundação Papa João XXIII com Margarete do Socorro Barra e outros, para exercerem as funções de cadastrador, fundamentados na Lei Municipal n.º 7.453/1989 e na Lei n.º 7.834/1997, e em decorrência do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado pela FUNPAPA com o Ministério Público de Trabalho e o Ministério Público do Estado do Pará.
Em vista dos 60 (sessenta) Contratos Temporários de n.ºs 015 a 074/2014, já terem sido objeto de análise e registro neste Tribunal, através do Acórdão n.º 28.903, de 12/04/2016, como devidamente comprovado pela DCAp, em seu Parecer RA n.º 285/2016, fls. 210/217, e corroborado pelo Ministério Público às fls. 221, caracterizada está a duplicidade dos autos, razão pela qual, entendo e decido pelo arquivamento dos presentes autos, em face da perda notória do objeto.
Outrossim, determino que a Secretaria Geral desta Corte, promova a publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, bem como, proceda a devolução dos autos ao seu Órgão de origem.
Belém, 06 de fevereiro de 2017.
Conselheiro **Aloísio Chaves**
Relator

Protocolo: 144865

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 32.045, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **ROSINEIDE RODRIGUES COSTA**, matrícula Nº 0101301, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Fiscalização NS-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144912

PORTARIA Nº 32.011, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEAR **MAURO LEANDRO PAES CAMPOS** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro NS-02, a partir de 01-02-2017.

Protocolo: 144857

PORTARIA Nº 32.075, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **TEREZA MARIA RIBEIRO RODRIGUES**, matrícula Nº 0101300, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico NS-02, a partir de 06-02-2017

Protocolo: 144959

PORTARIA Nº 32.072, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **UBIRAJARA DE JESUS ANDRADE**, matrícula nº 0100153, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Transporte NM-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144927

PORTARIA Nº 32.014, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO**, matrícula Nº 0100307, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo NS-01, a partir de 06-02-2017

Protocolo: 144858

PORTARIA Nº 32.037, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR LUIZ ROBERTO DOS REIS JUNIOR, MATRÍCULA Nº 0100124, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO NS-01, A PARTIR DE 06-02-2017.

Protocolo: 144862

PORTARIA Nº 32.036, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **LEONARDO MOREIRA LIMA BRITO** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Fiscalização NS-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144860

PORTARIA Nº 32.061, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **JOSÉ TEOFILO DE ALMEIDA GOMES**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro NS-03, a partir de 01-02-2017.

Protocolo: 144592

PORTARIA Nº 32.043, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **NELIVALDO COSTA DA SILVA**, matrícula Nº 0100968, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Fiscalização NS-01, a partir de 01-02-2017.

Protocolo: 144907

PORTARIA Nº 32.077, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **VITÓRIA ALVARENGA BASSALO** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Fiscalização NS-01, a partir de 07-02-2017.

Protocolo: 144948

PORTARIA Nº 32.035, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **CARLOS EDUARDO LIMA DE MORAES**, matrícula Nº 0100924, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Fiscalização NS-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144859

PORTARIA Nº 32.044, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **RAIMUNDA DA SILVA SANTOS DIAS**, matrícula Nº 0101183, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Fiscalização NS-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144910

PORTARIA Nº 32.046, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEAR **TEREZA CRISTINA SILVA JOÃO**, matrícula Nº 0108367, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Fiscalização NS-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144914

PORTARIA Nº 32.073, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **ANDREW AVILA BARROSO** para exercer o cargo em comissão de Assistente de Transporte NM-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144928

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 32.060, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERAR **NELIVALDO COSTA DA SILVA**, matrícula 0100968, do cargo em comissão de Assessor de Conselheiro NS-02, a partir de 01-02-2017.

Protocolo: 144870

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 32.064, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDER à servidora **MARLI DA CONCEIÇÃO MARQUES**, Auxiliar Técnico de Controle Externo Administrativo, matrícula nº 0100057, 60 (sessenta) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do artigo 83 da Lei nº 5.810/94, no período de 04-02 a 04-04-2017.

Protocolo: 144589

ERRATA

PORTARIA Nº 32.040, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.
NOMEAR **TATIANA VIEIRA MOREIRA DA SILVA** para exercer o cargo em comissão de Diretor da Ouvidoria NS-02, a partir de 01-02-2017.

Protocolo: 144849

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO: Nº 02
CONTRATO: 04/2014

DATA ASSINATURA: 06/02/2017
OBJETO: Alteração do número da conta bancária.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CONTRATADA: ANTÔNIO PEDRO CARNEIRO
ENDEREÇO: Rua Afro Sampaio, Quadra 24, Lote 05, Bairro: Bom Planalto, CEP: B68.504-022, Marabá/PA.
CNPJ: 017.501.783-20
ORDENADOR: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Protocolo: 144842

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 32.076, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.
Tornar sem efeito a Portaria nº 32.006, de 03 de fevereiro de 2017 que exonerou **JORGE LUIZ ALCANTARA DE SOUZA**, matrícula nº 0100933, do cargo em comissão de Assistente de Transporte NM-01, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144938

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 32.074, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.
1 – EXONERAR **BRUNO MARGALHO DE BARROS**, matrícula nº 0101277, do cargo em comissão de Assistente de Direção NM-02, a partir de 06-02-2017.
2 – NOMEAR o referido servidor para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro NM-03, a partir de 06-02-2017.

Protocolo: 144929

PORTARIA Nº 32.042, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.
1 – DISPENSAR **TIAGO LOPES DA CUNHA**, matrícula nº 0101047, da função gratificada de Gerente de Fiscalização, a partir de 03-02-2017.
2 - NOMEAR o referido servidor para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro Substituto NS-01, a partir de 03-02-2017.

Protocolo: 144926

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 85/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 117/2016/MP/ CPPADS, datado de 13/10/2016, protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 49500/2016, em 13/10/2016;

R E S O L V E:
PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1.581/2016-MP/PGJ, de 30/9/2015, publicada no D.O.E. em 13/10/2015, por 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 13 de janeiro de 2017.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 470/2017-MP/PGJ

Define critérios a serem observados pelos Coordenadores de Promotorias de Justiça na sugestão para designação de membros pelo Procurador-Geral de Justiça nos casos de substituição em regime de acumulação de atribuições e dá outras providências.
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 18, incisos VI e IX, alíneas “e” e “f” da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2.006, e CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o art. 127 da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO o princípio constitucional da atividade jurisdicional ininterrupta emanado do no art. 93, inciso XII, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que com a criação de um cargo de Promotor de Justiça, nasce, para o Estado, o dever de instalar a respectiva Promotoria de Justiça, com todos os recursos a ela inerentes;
CONSIDERANDO que compete ao Procurador-Geral de Justiça designar membros do Ministério Público para assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do